

Secretaria do Audiovisual - SAV

Quem somos?

A Secretaria do Audiovisual (SAV) é responsável por propor, elaborar e supervisionar a política para o setor audiovisual, envolvendo a qualificação de profissionais, a preservação e difusão da memória audiovisual, em defesa do patrimônio audiovisual brasileiro e do seu reconhecimento.

Nossa atuação em 2026 (jan/fev/mar), referente às Entregas Estratégicas

- Processamento e publicação do resultado preliminar do Edital de Chamamento Público para seleção de propostas para investimento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) em projetos de comercialização de obras cinematográficas brasileiras de produção independente de longa-metragem de ficção, de documentário ou de animação, para exploração em todos os segmentos de mercado, com destinação inicial ao mercado doméstico de salas de exibição.
- Processamento e publicação do resultado preliminar do Edital CPLP Audiovisual, Programa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem por objetivos gerais estimular o intercâmbio cultural, a implementação de políticas públicas integradas de fomento à produção e difusão de conteúdos audiovisuais através da formação e operação da Rede CPLP Audiovisual, que reúne autoridades nacionais das

áreas da cultura e audiovisual e emissoras públicas de televisão em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

- Processamento e publicação do resultado preliminar do Edital de Chamamento Público Programa Rouanet Festivais Audiovisuais para apoio a projetos culturais em todas as regiões do país, visando estimular a realização de atividades de difusão audiovisual, especificamente festivais, que contenham medidas que promovam a democratização, descentralização e regionalização do investimento cultural, bem como ações afirmativas e de acessibilidade.
- Implementação da Linha de Arranjos Regionais, que são uma parceria entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais para estimular o audiovisual nas diferentes regiões do Brasil. O edital teve 41 propostas selecionadas, com a participação de quase todas as unidades federativas e injetará R\$ 519 milhões em recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e R\$ 111 milhões em contrapartidas dos entes estaduais e municipais na produção audiovisual brasileira.
- Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) dos Games, reunindo órgãos estratégicos do governo federal e representantes do setor. O GTI Games elaborará proposta para a regulamentação da Lei n.º 14.852/2024, que institui o Marco Legal para a Indústria de Jogos Eletrônicos no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor.